

URBANISMO COMO ESTUDO DO PROCESSO EVOLUTIVO DAS CIDADES E PROJETO DA SUA ADEQUADA ESTRUTURA*

MÁRIO LEAL FERREIRA

A renúncia do homem à vida inteiramente livre, se possível assim admitir, em contáto íntimo com a natureza, sem subordinações maiores que as de proteção elementar de si mesmo e de sua prole, para juntar-se a outros, na forma mais elementar de sociedade, foi imposta pela idéia fundamental de cooperação. De início, essa cooperação talvez dissesse respeito à defesa contra a agressão de naturais inimigos que o cercavam. Depois, a defesa contra elementos da própria espécie, que, numa competição selvagem pela vida, lhe oferecessem motivos de intranquilidade.

Tornou-se patente, desde logo, aos elementos dessa sociedade embrionária, a necessidade do estabelecimento do equilíbrio de conveniências, que importava na restrição da liberdade de cada um. Igualmente se patenteou a necessidade da troca de favores ou de serviços mútuos, no sentido do aproveitamento mais adequado das faculdades de uns, em benefício dos outros.

Origina-se, assim, o primeiro conceito de economia social.

A evolução, através dos séculos, desses grupos primitivos para o complexo social dos grandes centros urbanos de hoje, continuamente afirmou êsses princípios, focalizando-os, sob diferentes prismas, notadamente: os de ordem econômica, do conforto, da cultura e distrações do espírito, de higiene, de segurança contra o crime, de preservação contra a hostilidade do meio físico ambiente.

* Exposição de motivos apresentada ao Prefeito da Cidade do Salvador, em 1942, pelo futuro diretor do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS). N. R.

Sendo a cidade a séde ou o cenário dos múltiplos e complexos fenômenos conjugados na formação dos diferentes aspétos dessa ordem econômico-social, justo é que tenha havido uma preocupação mais ou menos conciente de preparar o cenário para o drama que nêle se devesse desenvolver, isto é, para que a cidade, antes de tudo, fôsse funcional. Daí a preocupação de dotá-la de fortificações na periferia, afim de proteger a vida e os bens da população que dentro nela se localizára; a necessidade de organizar ambiente para o desempenho das atividades industriais de ordem crescente de complexidade; a necessidade de admitir o intercâmbio de recursos naturais e dos produtos de manufatura; a necessidade de provêr essa comunhão dos recursos indispensáveis à sua alimentação; de preservá-la da agressividade do sol ou da chuva, do calor ou do frio, proporcionando-lhe o conforto do abrigo — a choupana, a casa, etc.

Sentiu-se, em fases mais e mais avançadas dessa evolução, a conveniência ou mérito de um princípio que, por muito elementar, aparece entre os seres mais simples da escala biológica — o princípio da divisão do trabalho. E êsse princípio conjugado com o de economia de esforços gerou os primeiros serviços de utilidade pública — serviços de transporte, de abastecimento d'água, mercados e todo o complexo de atividades interdependentes, que se ritmam na vida de uma comunidade social de hoje.

Êsse foi, é e será o processo evolutivo da formação das cidades. E, se evolutivo, não se opera por saltos, mas sim por transformação harmoniosa e sistemática, ditada por uma sincronização mais e mais perfeita dos múltiplos fatores, visível ou invisivelmente operantes.

Esboçam-se, de início, legítimas tendências evolutivas, em razão das condições do meio físico ambiente e das características do núcleo humano de primeiro estabelecimento; o intercurso de interesses dentro nêsse próprio núcleo e entre êle e outros núcleos já formados ou em evolução, distorcem, de certo modo, essas tendências originárias, sem que jamais façam o milagre de uma perfeita inversão de sentido, ou de quebras bruscas de plano.

Assim é que se torna possível a descrição da trajetória, que não é uma linha réta, mas sim uma curva contínua, e, até certo ponto, fácil de extrapolar no futuro, quando conhecidos os pontos que lhe marcaram a evolução no passado.

Corrigir, pois, os defeitos de uma cidade, ou lhe projetar o desenvolvimento, deve ser, antes de tudo, motivo de perscrutação do passado, visando identificar, através da investigação histórica e científica, os fatores que influíram na sua evolução, marcando-lhe a fisionomia atual; deve ser, também, motivo de análise rigorosa das razões responsáveis pelo desfiguramento das primitivas características; finalmente, deve ser motivo de profunda meditação sobre os novos fatores operantes na

evolução da humanidade, capazes de produzir inflexões maiores ou menores nos tempos a vir. Só dêsse modo é possível a realística compreensão dos complexos fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos operantes no passado aos quais se acomodou a cidade, na sua evolução, até agora, e que, ativos no futuro, exercerão, incontestavelmente, influência predominante no seu ulterior desenvolvimento. A consubstanciação de tais conhecimentos num corpo de doutrina e de princípios basilares oferecerá o melhor e o mais racional subsídio, para a regulamentação urbanística adequada e para uma bem orientada elaboração dos planos e projetos de sua evolução total.

Fugindo-se a essa realidade, para levar a efeito, nas cidades, obras em si meritórias, mas que não se encontram dentro na trajetória de sua natural evolução, é o mesmo que plantar bela árvore em terreno sáfaro, para vê-la minguar com o tempo, entristecida e abatida no próprio isolamento... Não é essa, em verdade, a razão da descontinuidade de critério administrativo? Não é essa liberdade de ação o que permite ao administrador construir aquilo que melhor satisfaz ao seu gosto estético, sem nenhuma outra subordinação, levando-o a condenar as obras dos antecessores, só porque não afinam com as suas personalíssimas preferências? Não é assim que se aviltam as cidades, transformando-as em verdadeiros mosaicos de criações dispare e mal articuladas, antieconômicas e ineficientes? Não representa, isso, grandes entraves ao desenvolvimento econômico-social da população? Não é êsse um trabalho contrário à consolidação da conciencia cívica? Não é isso um atentado contra a beleza que é a vestimenta do que é harmônico?

Se tudo isto é verdade, não pode haver dúvida de que o urbanismo é um problema social instantâneo e só pode ser resolvido com a utilização de elementos cooperantes, representativos de todos os setores da sabedoria humana, postos a serviços da causa comum e unidos da maior humildade e modéstia.

O plano de urbanismo da Cidade consistirá na investigação dos fenômenos sociológicos que influem na sua estruturação ou que são desta, de certo modo, o reflexo — investigação, essa, compendiada em estudos sistematizados, — e na elaboração de projetos e normas orientadoras da correção ou ampliação das estruturas existentes, ou da criação de novas, que se tornem necessárias.

Os fenômenos sociológicos que interessam à estrutura da Cidade devem ser perquiridos e apreciados no interior das células familiares, nas diversas estratificações da população, procurando-se estabelecer correlações diretas dos problemas que êles suscitam com as condições naturais, estruturais ou mesmo sociais, de outra natureza, aí imperantes, — condições que constituem, por seu turno, outros tantos problemas a serem investigados e estudados.

Poder-se-à, assim, encarar o fenômeno de dois pontos de vista bem definidos — o individual e o coletivo, e, esse modo, cogitar, para os problemas suscitados, de soluções numéricas, inspiradas e limitadas, em cada caso, pelas necessidades reais da população, fugindo a soluções acadêmicas, inadequadas ou desproporcionadas às justas exigências da Cidade no momento, e às suas legítimas e naturais possibilidades, no futuro.

Os projetos e normas orientadores serão elaborados e desenvolvidos à luz das conclusões emergentes das investigações e estudos procedidos.

Os problemas cuja indagação interessa ao estudo e preparação do plano urbanístico de uma Cidade com o caráter desta Capital resultam, em sua maioria, de múltiplas causas ou fatores, naturais ou criados pelo próprio homem, cuja análise e interpretação se pode enquadrar nos seguintes sectores do conhecimento humano: — geologia e meteorologia; sociologia; economia e finanças; higiene; paisagística; artes e ciências de engenharia; direito e legislação.

São problemas sociais, para cuja solução a Cidade deve estar, estruturalmente, preparada, os que dizem respeito à localização e distribuição dos vários estratos de sua população (*soning*); os de saúde e higiene; os de economia e trabalho; os de habitação e alimentação; os de educação e instrução; os de interação social e bem-estar (*wellfare*).

As estruturas, recursos ou facilidades, necessários à conveniente solução desses problemas, são os que, em seu conjunto, dão forma física à sede do aglomerado humano a que se dá o nome de CIDADE: — arruamentos, praças e logradouros públicos, e seus serviços de pavimentação, limpeza, arborização e embelezamento; prédios e instalações residenciais, de comércio, de indústrias e de serviços públicos; instalações e serviços de luz e força, água e esgotos, coleta e destruição de lixo, defesa contra incêndios; serviços de comunicação (telégrafo, telefone, tubo pneumático, *broadcasting*) e transportes (viação urbana e interurbana — terrestre, marítima e aérea); entrepostos, mercados, feiras, matadouros e frigoríficos; centros de saúde, hospitais, maternidades, creches; jardins-de-infância, escolas: — maternas, primárias, secundárias, profissionais e superiores; institutos de educação artística e de cultura; bibliotecas, museos, conservatórios, pinacotecas, teatros e auditórios; ginásios, praças de esportes, campos e locais especializados para jogos e recreações; serviços do governo e administração pública: fisco, polícia (quarteis e alojamentos) e justiça (prisões, reformatórios, instalações presidiárias); serviços de assistência social: asilos, abrigos, pronto-socorro; instalações e locais de culto; cemitérios, — e, em suma, todos os recursos e facilidades que a Civilização criou para a maior comodidade, conforto e prazer do homem, elevando-os ao nível de verdadeiras necessidades da vida contemporânea.

Constitue objetivo principal dos estudos urbanísticos da cidade:

- a. preparação da planta cadastral da zona urbana da Cidade mediante projeto e especificação técnicas detalhadas previamente aprovadas pelo Prefeito;
- b. realização de trabalhos de investigação histórica e científica dos fatores responsáveis pela atual fisionomia da Cidade, e apresentação desses estudos em forma de monografias enfileiradas em volumes que compõem a Enciclopédia Urbanística da Cidade do Salvador;
- c. interpretação do resultado desses estudos, do ponto de vista da formação estrutural e funcional da Cidade do Salvador;
- d. composição de um corpo de doutrinas e princípios basilares, sobre o qual possam assentar os projetos a serem desenvolvidos agora e no futuro;
- e. realização de projetos sugeridos pela investigação e acomodados as suas conclusões, sobre restaurações e correções da estrutura atual da Cidade e sobre o desdobramento e expansão de novos setores, que serão entregues à Prefeitura para a sua possível execução, à proporção que forem sendo organizados, obrigando-se o contratante a dar prioridade àqueles que, sem prejuízo justificado do plano de conjunto, forem preferidos pelo Prefeito.

Os trabalhos de investigação referidos nos itens acima deverão esclarecer pelo exame minucioso do passado da Cidade as suas legítimas tendências urbanísticas regidas pelas condições naturais do meio físico e por motivos sociológicos, culturais, étnicos e econômicos, bem como as razões de distorção das tendências originárias, verificadas no passado ou antevistas para o futuro.

As investigações se desdobrarão nos seguintes setores:

- a. condições do meio físico compreendendo: geologia da região, topografia, meteorologia, climatologia;
- b. arquitetura e estética urbana, compreendendo: arquitetura predial e monumental, arquitetura paisagística;
- c. higiene e saneamento da habitação, das áreas destinadas a habitações, dos estabelecimentos de uso público ou coletivo, dos locais de trabalho;
- d. serviços urbanos, seu desenvolvimento e eficiência compreendendo: águas e esgotos, limpeza pública e lixo, tráfego e vias de comunicação, mercados,

entrepósitos e terminais, e outros serviços de utilidade pública, como sejam: iluminação, serviço de gás, telefone, etc., serviços de segurança contra incêndio;

- e. abastecimento da população, em recursos de alimentação e outras utilidades compreendendo: produção agrícola e industrial na zona urbana e nos subúrbios, importação e exportação, beneficiamento, transformação ou manufaturação, armazenamento, distribuição e intercâmbio;
- f. educação e cultura, compreendendo: educação, religião, esportes e artes recreativas, diversões, cultura social, artística, literária;
- g. finanças, economia e legislação urbanística, compreendendo: códigos e posturas, tributação, valorização de imóveis – terrenos e prédios – economia popular e inversão de capitais.

Os projetos serão sugeridos e marcharão paralelamente com a investigação e se desenvolverão dentro dos seguintes setores:

- a. diferenciação de zonas;
- b. vias de comunicações;
- c. parques e jardins;
- d. habitação;
- e. instalação de Serviços Públicos e Centros Cívicos;
- f. centros de abastecimento da Cidade, suas instalações e intercomunicações.